

Centrais pedem revogação de reformas de Michel Temer em carta a candidatos

Sete entidades de trabalhadores também querem definição de nova forma de financiamento

Catia Seabra

SÃO PAULO Asfiadas pela reforma trabalhista, sete centrais sindicais lançam nesta quarta (6) uma agenda comum a ser apresentada a todos os pré-candidatos à Presidência da República e ao Congresso.

A iniciativa, assinada por CUT, CTB, Intersindical, UGT, Força Sindical, CSB e NCST inclui a distribuição de 11 milhões de panfletos aos trabalhadores.

Com 22 itens, a carta de compromissos será levada no dia 13 ao Congresso. Depois, apresentada individualmente aos candidatos.

Entre as propostas, estão a revogação de medidas do governo Temer como a reforma trabalhista e o teto dos gastos, a retomada de obras de infraestrutura, a possibilidade de fixação de contribuição sindical em assembleias e a definição da jornada de trabalho em 40 horas semanais.

Dirigentes sindicais lembram que, de 2002 a 2010, as centrais apoiaram a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ex-presidente Dilma Rousseff na corrida pelo Planalto.

Na reeleição de Dilma e no processo de impeachment da ex-presidente, essas entidades se distanciaram. Mas se aproximaram após as reformas implementadas pelo governo Temer.

Reunidas novamente, as centrais estudam até a convocação de uma greve geral após a Copa do Mundo.

Presidente da Intersindical,



Festa do Dia do Trabalho promovida pela CUT na Praça da República, no último dia Primeiro de Maio Rivaldo Gomes/Folhapress

Edson Carneiro Índio afirma que a ideia é que o documento pautará as mobilizações. Segundo ele, a intensidade das mobilizações dependerá do clima nacional após a Copa.

"Essa é uma plataforma a ser apresentada aos candidatos", diz Índio, que é filiado ao PSOL.

Filiado ao PSD e apoiador da candidatura do tucano João Dória ao governo de São Paulo, o presidente da UGT, Ricardo Patah, afirma que a atuação conjunta das centrais

permite maior mobilização e visibilidade às centrais. "A desagregação só nos traz prejuízos", disse Patah.

A falta de recursos pesou para a reunificação das centrais sindicais. Com o fim da contribuição sindical, as centrais perderam sua principal fonte de financiamento.

Hoje, além de contestar a decisão na Justiça, reivindicam a regulamentação de cobrança de contribuição assistencial desde que aprovada em assembleia.

O segundo item da agenda prevê o incentivo a negociações coletivas e estímulo à "cooperação sindical entre os trabalhadores, inclusive com o financiamento solidário e democraticamente definido em assembleia".

Em sua apresentação, a agenda prega o entendimento.

"As adversidades do presente e as incertezas do futuro não devem provocar a interdição do debate e do diálogo ou produzir intolerância, pois nessa situação podemos ser

conduzidos a tragédias econômicas, sociais e políticas, contexto no qual todos perdem", diz o texto.

Ligada ao PT, a CUT endossa o documento, que pretende "mobilizar os trabalhadores para seu protagonismo propositivo".

"O tempo presente é tomado por iniciativas para romper o diálogo e a negociação e para desmontar o sistema de proteção social e trabalhista, criado por meio de árduas lutas dos trabalhadores".

FORÇA TAREFA: Operação descobre fraude em benefícios assistenciais no Espírito Santo

A Força Tarefa Previdenciária deflagrou, na última terça-feira (29), em Vila Velha (ES), a Operação 3x4. Durante a ação, foi cumprido um mandado de busca e apreensão na residência de uma investigada, suspeita de obtenção de diversos benefícios assistenciais ao idoso (BPC/LOAS) com a utilização de documentação falsificada. De acordo com investigações, há cerca de oito anos a acusada usava idosos de sua comunidade para se passar por pessoas fictícias no momento de se apresentar junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O prejuízo estimado até o momento é de aproximadamente R\$ 1,8 milhão, podendo chegar a R\$ 1,9 milhão, considerando a expectativa de vida dos supostos beneficiários conforme tabela de mortalidade do IBGE (2016), em pagamentos futuros que seriam realizados caso o esquema criminoso não tivesse sido desarticulado. O nome da operação faz alusão ao fato de que uma das primeiras providências tomadas pela denunciada, seria levar os idosos cooptados para tirar fotografias 3x4 para confeccionar os documentos fraudulentos.

Fonte: <http://www.previdencia.gov.br/2018/05/forca-tarefa-operacao-descobre-fraude-em-beneficios-assistenciais->

COMBATE ÀS FRAUDES: Força Tarefa desarticula esquema criminoso em Curitiba

A Força-Tarefa Previdenciária deflagrou nesta terça-feira (29) a Operação Autofagia, com o objetivo de colher provas complementares de prática criminosa em benefícios assistenciais ao idoso (BPC/LOAS), em Curitiba (PR). Para isso, foi cumprido um mandado de busca e apreensão na capital paranaense. As investigações tiveram início quando uma segurada, beneficiária de um BPC/LOAS, requereu pensão por morte e alegou que nunca havia se separado do cônjuge. Diante deste fato, comunicado pelo INSS à Coordenação Geral de Inteligência Previdenciária (COINP) da Secretaria de Previdência, detectou-se outros 30 benefícios com indícios de falsidade ideológica em declarações de separação de cônjuges e em comprovações de endereço. Durante o levantamento de informações, foi identificado que os segurados sequer compareciam à Agência da Previdência Social para requerer o benefício. Uma ex-servidora, que à época trabalhava na respectiva agência, utilizava nome falso para dificultar a sua identificação. Contudo, a mesma foi reconhecida por foto pelos segurados, que afirmaram tratar-se da intermediária de nome "Izabel". Além do mandado de busca e apreensão, a 12ª Vara Federal determinou ainda o sequestro e bloqueio de valores de contas bancárias dos investigados; proibição de ausentar-se do Município de Curitiba; proibição de alterar o endereço residencial; comparecimento mensal em juízo, para comprovar o domicílio e o exercício de atividade lícita.

Também foi determinada a revisão urgente e suspensão imediata do pagamento dos benefícios assistenciais que tenham indícios de irregularidade. O prejuízo estimado até o momento, conforme levantamento da COINP, alcança a cifra de R\$ 1,9 milhão. No entanto, a identificação desse esquema criminoso possibilitou uma economia superior a R\$ 3,7 milhões, considerando a expectativa de vida dos supostos beneficiários conforme tabela de mortalidade do IBGE (2016), em pagamentos futuros que seriam realizados caso o esquema criminoso não tivesse sido desarticulado. Os envolvidos responderão pelos crimes de estelionato, falsidade ideológica e uso de documento falso. A operação recebeu o nome de Autofagia pelo fato de o alvo ter provocado sua própria autodestruição ao produzir a falsificação dos documentos, captar pessoas interessadas na obtenção de benefícios para, finalmente, implantá-los no Sistema Previdenciário, vez que se trata de ex-servidor do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em atividade à época dos fatos.

Fonte: <http://www.previdencia.gov.br/2018/05/combate-as-fraudes-forca-tarefa-desarticula-esquema-criminoso-em-curitiba/>